

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1002890-16.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Contratos Bancários**
 Requerente: **Celia Regina Gama Cirilo**
 Requerido: **Banco do Brasil S/A**

CELIA REGINA GAMA CIRILO ajuizou ação contra **BANCO DO BRASIL S/A**, pedindo que o réu seja instado a limitar os descontos mensais promovidos em sua conta salário. Alegou, para tanto, que celebrou quatro contratos de empréstimo com a instituição financeira ré, sendo que o valor das prestações mensais ultrapassa o limite autorizado em lei. Por conta disso, está tendo dificuldades para garantir sua própria subsistência.

Deferiu-se a tutela de urgência para impor ao réu a obrigação de limitar os descontos promovidos em desfavor da autora.

O réu foi citado e contestou o pedido, aduzindo em preliminar a inépcia da petição inicial e a ausência de documentos indispensáveis à propositura da ação. No mérito, afirmou que a autora tinha conhecimento da obrigação assumida, não podendo, agora, ser beneficiada pela limitação das prestações mensais. Além disso, defendeu a legalidade do desconto realizado na conta da autora, sendo que a limitação prevista em lei se restringe às hipóteses de empréstimos consignados em folha de pagamento.

Em réplica, a autora insistiu nos termos iniciais.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O disposto no art. 330, § 2º, do Código de Processo Civil visa evitar a formulação de pedido genérico de revisão contratual ou desprovido de qualquer fundamento jurídico. No presente feito, a autora fundamentou adequadamente o pedido deduzido, de modo que não há que se falar em inépcia da petição inicial. Ademais, a falta de quantificação do valor incontroverso do débito não afeta o julgamento de mérito, na medida em que tal requisito é indispensável nos casos em que há controvérsia sobre a forma de pagamento das parcelas vencidas e que não estão sendo impugnadas judicialmente, o que não é o caso destes autos.

O fato de a própria autora ter solicitado os empréstimos e ter anuído com as cláusulas contratuais não inviabiliza o ajuizamento da presente ação para impugnar o

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

percentual do valor descontado em sua conta bancária. Ao contrário disso, como corolário do princípio da inafastabilidade da jurisdição, é permitido pleitear a revisão do contrato firmado, sendo insubsistente, então, a alegação de inépcia da exordial.

Ademais, a petição inicial foi instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação, exatamente os extratos das operações financeiras realizadas com o réu que comprovam o valor das parcelas dos financiamentos (fls. 15/25), os demonstrativos de pagamento mensal (fls. 26/29) e o extrato da conta corrente (fls. 30/35).

Rejeito as preliminares arguidas.

A instituição financeira realiza mensalmente dois descontos em desfavor da autora, um de R\$ 1.746,58, correspondente ao contrato "BB Crédito Renovação" (fls. 15/18), e outro de R\$ 1.029,71, descrito como "BB Crédito Renovação" (fls. 19/21), os quais totalizam R\$ 2.776,29. Além disso, estão previstos dois descontos a serem efetuados em 07.08.2018, nos valores de R\$ 2.307,99 e de R\$ 233,91, ambos decorrentes de antecipação do 13º salário (fls. 22/25).

Por outro lado, observa-se que a autora percebe uma renda mensal líquida (sem considerar o desconto dos empréstimos consignados) de R\$ 5.487,70 (fls. 28/29).

Nesse sentido, tem-se que os descontos promovidos pelo réu consomem mais da metade do rendimento mensal da autora, fato que compromete a sua própria subsistência e de sua família. Nesse sentido, é indispensável limitar o valor da remuneração da autora que é destinado ao pagamento dos empréstimos obtidos junto ao réu, a fim de efetivar o princípio constitucional da intangibilidade do salário (art. 7º, inciso X, da Constituição Federal).

É fato que a autora celebrou livremente os contratos de mútuo com ao réu, autorizando, inclusive, o débito em conta corrente, tanto que não há controvérsia acerca dos valores das parcelas ou da existência do negócio jurídico. Contudo, a limitação do desconto em conta corrente visa assegurar à mutuária o recebimento de uma importância que lhe possibilite arcar com as despesas diárias. Assim, não se trata de eximir o correntista das obrigações assumidas, mas sim de permitir a sua subsistência de maneira digna.

Ademais, o Superior Tribunal de Justiça tem se firmado no sentido de limitar as parcelas do mútuo independentemente da modalidade contratada:

"O entendimento do Tribunal de origem não está em consonância com a orientação do STJ, no sentido de que a retenção de salário do correntista, para fins de saldar débito relativo a contrato de mútuo bancário, ainda que conste cláusula autorizativa, não se reveste de legalidade, porquanto a instituição financeira pode buscar a satisfação de seu crédito pelas vias judiciais. O STJ vem consolidando o entendimento de que os descontos de mútuos em conta-corrente devem ser limitados a 30% (trinta por cento)

PODER JUDICIÁRIO**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

dos rendimentos do correntista, aplicando, analogicamente, o entendimento para empréstimos consignados em folha de pagamento (EDcl no AgRg no AREsp 34.403/RJ, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 6/6/2013, DJe 17/9/2013)." (AgRg no REsp 1535736/DF, Rel. Min. Herman Benjamin, 2ª Turma, j. 13/10/2015).

A jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo também perfilha tal entendimento:

"AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO – EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS DESCONTADOS EM CONTA CORRENTE – AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE – PRETENSÃO DE REFORMA PARA LIMITAR OS DESCONTOS A 30% DOS VENCIMENTOS LÍQUIDOS DO AUTOR – CABIMENTO – Ainda que um dos empréstimos consignados não tenha sido contratado na modalidade de "desconto em folha", necessário limitar a soma dos empréstimos contraídos a 30% dos rendimentos líquidos do autor, garantindo-se, assim, a preservação de parte suficiente dos seus vencimentos a fim de suprir as necessidades urgentes e básicas do autor correntista. Precedentes. Sentença reformada. Recurso provido." (Apelação nº 1026492-18.2014.8.26.0100, 11ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Walter Fonseca, j. 04/05/2017).

"Contrato bancário. Empréstimo. Desconto consignado em folha de pagamento ou em conta corrente. Admissibilidade, desde que respeitado o limite de 30% da renda mensal do mutuário, em razão da natureza alimentar da verba. Recurso a que se dá provimento." (Apelação nº 1020992-30.2015.8.26.0554, 16ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Mauro Conti Machado, j. 10/10/2017).

"LIMITAÇÃO DE DESCONTOS. Descontos em folha de pagamento e conta corrente. Servidor público estadual. Percentual que ultrapassa 30% dos vencimentos líquidos. Limitação determinada para garantir a dignidade e a subsistência do devedor. Inteligência do art. 2º, inciso I, da Lei nº 10.820/03. Precedentes do TJSP e do STJ. Sentença reformada. DANOS MATERIAIS. Inadmissibilidade. Descontos decorrentes de autorização contida nos contratos celebrados pelas partes. Sentença mantida. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO." (Apelação nº 1002647-73.2016.8.26.0071, 38ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Fernando Sastre Redondo, j. 22/02/2017).

Destarte, incumbe à instituição financeira limitar o valor dos descontos mensais promovidos em desfavor da autora, até o patamar de 30% dos seus rendimentos líquidos, tal qual previsto no art. 1º, § 1º, da Lei 10.820/03. Nem se diga ser o caso de impor o percentual de 35%, pois o aumento de 5% somente é possível para as

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

hipóteses de amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito ou para utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito. Nesse sentido:

"CONTRATO. EMPRÉSTIMO. DESCONTO EM CONTA SALÁRIO E FOLHA DE PAGAMENTO. Devido à natureza alimentar da verba recebida pela parte (salário), necessária a limitação de descontos ao patamar de 30% dos proventos líquidos. Isso permite a consecução de empréstimos, ao mesmo tempo em que garante a sobrevivência digna do correntista. Acertada a conclusão do juízo singular que limitou a conclusão de 30% do salário líquido do devedor. O percentual de 30%, previsto no decreto n. 60.345/2014 foi alterado pelo Decreto 61.750/2015 e 61.948/2016 para 35%, quando houver uso de cartão ou para quitar despesas contraídas por meio de cartão de crédito ou para saque por meio do mesmo cartão. O que não ocorreu à espécie. Recurso não provido." (Apelação nº 1005684-34.2016.8.26.0322, 14ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Melo Colombi, j. 06/02/2018).

Diante do exposto, **acolho o pedido** e imponho ao réu limitar o valor debitado em conta corrente da autora, no percentual de 30% dos rendimentos líquidos por ela percebidos mensalmente, sem prejuízo dos juros contratados, confirmando a tutela de urgência concedida ao início da lide.

Condeno o réu ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios dos patronos da autora, fixados em 12% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 08 de maio de 2018.


Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA